Lista C

Programa

Isto só lá vai com todos

20 Eleições
22 ORDEM DOS ARQUITECTOS

Órgãos Nacionais

www.istosolavaicomtodos.pt

Isto só lá vai com a Lista C

Todos os votos, todas as vozes, todos os Arquitectos. Parece óbvio, mas a Ordem dos Arquitectos só lá vai com os Arquitectos. Todos. Não só alguns, não só uns quantos a trabalhar para outros poucos.

Não, isto só lá vai com todos. Convosco, connosco, e com todas as candidaturas que, porventura, venham a ser oposição. Porque isto só lá vai com boas ideias, sim; mas as boas ideias só lá vão com críticas à altura.

Isto só lá vai com Ateliers, Autarquias e Administração Pública. Com os que ensinam, os que aprendem, os que pugnam (há sempre alguém que pugna por qualquer coisa), os que fiscalizam e os que expõem. Com os que gostam disto, os que gostam daquilo, os que nunca gostam de nada e os que acham sempre que está tudo bem.

Isto só lá vai com Faro, com Braga, com Évora e com tudo o resto. Incluindo as Flores. Sim, colega, isto só lá vai com as Flores.

Com os que acreditam que Arquitectura é cidade, é território e paisagem.

Com os que acham que Arquitectura é também sociedade, economia e política.

E com os que, no fundo, já perceberam que isto só lá vai com Arquitectos. Mas não só.

Porque a verdade é que, no fim do dia, isto só lá vai com clientes. Com projectistas. Com deputados, jornalistas e cidadãos. E todos aqueles sem os quais, nós Arquitectos, acabamos por ser coisa nenhuma. E assim é que isto não vai lá.

Mas uma coisa de cada vez.

Até porque, para já, isto só lá vai contigo. E com o teu voto.

ISTO SÓ LÁ VAI COM TODOS

A Ordem dos Arquitectos é o lugar de todos os Arquitectos.

É na Ordem dos Arquitectos que devemos encontrar e partilhar conhecimento entre pares. É na Ordem dos Arquitectos que, de forma sólida e articulada, os Arquitectos devem encontrar soluções para o bom exercício da profissão.

A Arquitectura contribui para o bem de todos os cidadãos. A Arquitectura é cidade, é território, é paisagem, é sociedade, é planeamento, é estratégia, é ambiente, é economia e é política. A Arquitectura é um elemento fundamental para a coesão social e territorial, um recurso fundamental para enfrentar desafios globais como as alterações climáticas.

Como Arquitectos, criamos cultura e geramos riqueza.

Vivemos num cenário de desvalorização da Arquitectura e do papel do Arquitecto na sociedade e na vida pública portuguesa, afectando-nos a todos. É imperativo voltar a olhar para a profissão e cuidar da Arquitectura. É importante modernizar a Ordem dos Arquitectos, enquanto instituição que nos representa.

É necessário potenciar o modelo institucional da OA, tornando-a capaz de responder aos desafios que se colocam aos Arquitectos e à Arquitectura, tendo em conta a diversidade geracional, dispersão territorial e pluralidade de modos de exercício da profissão dos seus membros.

Entendemos ser urgente uma Política para a Arquitectura no sentido estratégico, operativo e executivo; intensificar o diálogo entre profissionais, com o Governo, Administração Pública e outras instituições. Importa construir uma Ordem propositiva e não reactiva.
Temos como objectivo colocar a Ordem dos Arquitectos ao serviço de todos, tornando visível a sua actuação pública e política, em favor da Sociedade, da Arquitectura e dos Arquitectos.

Com a crise criada pela pandemia de COVID-19, a Ordem dos Arquitectos deverá desempenhar um papel pró-activo junto do poder público, enquanto parceiro, mediador ou consultor; o Arquitecto enquanto cidadão e técnico, está especialmente preparado para pensar e projectar a regeneração de um sentido de comunidade, posto em causa na presente crise.

Este momento exige que os arquitectos se reencontrem com a dimensão social e cidadã da sua profissão, e a Ordem dos Arquitectos deverá ser um catalisador desse processo.

É importante que a Arquitectura se assuma como disciplina que coordena, organiza, revê e desenvolve metodologias eficazes na resolução dos programas e desenho dos edifícios, das cidades e dos espaços que habitamos, que terão que ser forçosamente reinventados.

Propomos a extensão da nossa participação e da nossa prática enquanto projectistas, para lá do projecto, planeando com todos os intervenientes públicos as transformações necessárias nos modelos urbanos e paisagísticos e na gestão de recursos pós-crise.

Matérias como a habitação, os equipamentos, a sustentabilidade, os eco-sistemas urbanos e o reequilíbrio dos territórios e da sua relação com os habitantes vão estar na ordem do dia e os Arquitectos, através da OA, devem ser mobilizados

a ocupar o seu papel de construtores de soluções, enquanto especialistas e enquanto cidadãos.
Com uma Ordem dos Arquitectos socialmente empenhada, cultural e tecnicamente atenta aos cenários que se irão desenrolar por consequência da pandemia, será possível, com responsabilidade e sentido de cidadania, minorar a crise que a profissão irá atravessar.

Somos uma equipa plural, com experiência transversal - na Administração Pública, nas Autarquias, em Ateliers, enquanto profissionais liberais, por conta própria ou por conta de outrem, em áreas de ensino, investigação e cultura, bem como noutras áreas de trabalho onde a Arquitectura está presente - mas também na experiência profissional, no conhecimento da Ordem e sua orgânica. Representamos todas as gerações e várias sensibilidades, unidos no objectivo de construir políticas relativas à Arquitectura, ao Território, ao Ambiente, ao exercício da profissão, à vida dos profissionais e à qualidade de vida de todos.

PROFISSÃO Valorizar e Enquadrar

ISTO SÓ LÁ VAI COM O ESTADO E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A OA, enquanto associação profissional de direito público, deve criar quadros de intervenção pública e promover alterações legislativas e outras acções de direito público.

1. A OA deve ter voz presente e influente nos locais de debate e decisão das matérias que dizem respeito à Arquitectura e à Paisagem, sobre a qualidade dos nossos territórios, do espaço público e do património edificado, pugnando pela Política Nacional de Arquitectura e Paisagem;

2. Evidenciar o valor acrescido da nossa profissão, defender a justa remuneração dos serviços de Arquitectura e lutar para que os actos próprios reservados da profissão, sejam exclusivos dos Arquitectos;

3. Defender o respeito pela autonomia e responsabilidade técnica do Arquiteto e pelos direitos de autor, quer na Administração Pública, quer em actividades privadas;

4. Propor ao Governo a elaboração de um Código da Edificação, redigindo propostas em colaboração com outras entidades do sector;

5. Defender Políticas Públicas de Encomenda, com acesso amplo, justo e equitativo. Enquadrar a contratação de serviços de Arquitectura, prestando assessoria a promotores públicos e privados, com base em princípios e procedimentos estabelecidos e articulados com as Secções Regionais da OA.

ISTO SÓ LÁ VAI COM A VALORIZAÇÃO DA ARQUITECTURA

A prática profissional de Arquitectura vê hoje o seu âmbito alargado e potenciado, assumindo-se como uma mais valia. Inversamente, as condições para o seu exercício sofrem uma degradação progressiva: seja por via de uma legislação desajustada ou da desregulação da prática profissional, prejudicando os Arquitectos e desprestigiando a profissão.

São disso exemplo: a banalização, em concursos, dos critérios únicos de avaliação “preço” e “prazo”, em detrimento de critérios de qualidade, com

adjudicações pelo mais baixo preço, contratos que impõem condições de trabalho progressivamente degradantes e colocam em causa o valor da própria Arquitectura.
A Arquitectura é o resultado do trabalho de inúmeras Disciplinas; é preciso encontrar nestas os parceiros para, em conjunto, dignificarmos a prática do projecto.

6. Avaliar e propor a revisão da legislação que aos Arquitectos e à Arquitectura diz respeito, dando relevância às questões técnicas e específicas da prática profissional, considerando o exercício da profissão tanto na Administração Pública como na esfera privada.

7. Recuperar, desenvolver e disponibilizar as ferramentas necessárias aos membros para que possam estabelecer e propor honorários de forma sustentada e assente na justa qualificação e quantificação dos serviços.

8. Defender a contratação ajustada ao serviço de Arquitectura, com direitos e garantias. Articular, em parceria com os demais projectistas, estratégias para a justa remuneração, para a contratação pelo Estado e demais entidades adjudicantes públicas e de interesse publico e, consequentemente, para a contratação por entidades privadas.

9. Promover, conjuntamente com a AICEP, a criação de um balcão único de apoio à internacionalização da Arquitectura, com vista à divulgação dos arquitetos portugueses no mercado de trabalho internacional, dando suporte à mobilidade e à criação de oportunidades.

ISTO SÓ LÁ VAI COM SUSTENTABILIDADE

A Arquitectura é o espaço que habitamos: o tema das alterações climáticas, da protecção do ambiente e da sustentabilidade da construção é inultrapassável. O impacto nas nossas vidas enquanto indivíduos e sociedade é de uma magnitude que apenas começamos a compreender. A urgência de acção posiciona a Arquitectura no centro do debate. Reconhecê-la é o primeiro passo a dar, pela Sociedade e pelos Arquitectos. O esforço é incomensurável, inevitável e inadiável. As Alterações Climáticas alteram tudo.

10. Ultrapassar os modelos político-económicos vigentes que, em Portugal, têm limitado o campo e as condições de actuação dos Arquitectos, e da Arquitectura. Alterar práticas instituídas, quase sempre decorrentes da via regulamentar, para reconciliar a Arquitectura com a vida que a mesma conterá e suportará, reconhecendo o seu passado e perspectivando o seu futuro.

11. Promover o Congresso da OA sobre a temática do Ambiente e das Alterações Climáticas, procurando desenvolver novas perspectivas sobre os contributos da Arquitectura. Criar nessa ocasião um prémio "Arquitectura e Ecologia" para projectos que sejam exemplos de boas práticas na defesa da Arquitectura e Ambiente.

12. Estabelecer as pontes com todas as outras disciplinas envolvidas no projecto e construção das nossas cidades, paisagens e edifícios para que, através do aperfeiçoamento, partilha e integração de conhecimento, possamos reduzir drasticamente a actual quota de 40% de impacto nas emissões de CO_2 e outros gases com efeito de estufa.

13. Defender o tema das alterações climáticas na Política Nacional de Arquitectura e Paisagem, onde se reconhece a Arquitetura e a Paisagem como expressão da identidade, história e cultura coletivas. Com os Arquitectos

Paisagistas articular e tornar eficazes medidas que possam ou venham a ser propostas, no âmbito das políticas do Ministério do Ambiente e Ação Climática e do Ministério da Coesão Territorial.

ARQUITECTURA Intervir e Comunicar

ISTO SÓ LÁ VAI COM CIDADANIA E COMPROMISSO SOCIAL

A Arquitectura, na sua condição de actividade de interesse público, deve ter um papel de intervenção e compromisso, colaborando e participando na discussão das questões de carácter social.

A OA deve comunicar com os cidadãos, promovendo em todos os espaços e momentos pertinentes, e em prol da cidadania, a defesa do interesse público da Arquitectura. Ter uma comunicação aberta com os meios de comunicação social e com outras fontes de divulgação de opinião pública é fundamental.

14. Acompanhar e avaliar a aplicação dos regimes do Ordenamento do Território da Habitação e da Reabilitação Urbana. Contribuir para a resolução os problemas urbanos resultantes da gentrificação recente de algumas cidades, defendendo um Programa Nacional Reabilitação Urbana e promovendo a discussão pública do problema da habitação, do alojamento social e do alojamento a custos controlados, procurando soluções e procedimentos para o novo investimento público em habitação;

15. Recentrar a actividade dos arquitectos na função social da arquitectura. Em tempos de pandemia, crises globais obrigam também a pensar globalmente: acolher propostas e fomentar um papel interventivo de cada um dos profissionais, nas suas várias áreas de actuação; agir junto do poder político e público, alavancando soluções para os problemas urbanos, habitacionais e sociais, emergentes desta crise global;

16. Criar um Gabinete de Comunicação que interaja em tempo útil com os media assegurando a defesa da Arquitectura enquanto bem público, lançando e intermediando o escrutínio e a vontade de intervir de todos os Arquitectos.

ISTO SÓ LÁ VAI COM AFIRMAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE

A representação da Ordem em organismos e fóruns de discussão é inerente às suas funções, bem como fundamental à sua representação pública.

17. Manter e reforçar as participações da OA nos organismos nacionais e internacionais como forma de defesa e afirmação da Arquitectura e da profissão de Arquitecto, através de uma política internacional em torno da qualificação, da contratação e da ética profissional;

18. Apoiar e ampliar o papel dos Colégios de Arquitectura existentes, de Direcção e Fiscalização de Obra, Património e Urbanismo, contribuindo, incentivando e facilitando a sua acção e assim o desenvolvimento e partilha de conhecimento.

19. Enquadrar nos colégios a ampliação da prática profissional dos arquitetos, a exemplo da área ambiental, com a criação do Colégio do Ambiente.

ISTO SÓ LÁ VAI COM ENSINO E CULTURA

Arquitectura é Cultura, e a Arquitectura portuguesa é de reconhecida qualidade e está disseminada por todo o território. Os Arquitectos estão hoje na esfera da prática, do ensino, da investigação, da curadoria, da publicação e edição, no país e fora dele.

Tendo em conta a existência de várias instituições e meios de comunicação que se dedicam à produção e divulgação da cultura arquitectónica, a OA manter-se-á activa no apoio e estímulo às manifestações de qualidade que ocorrem nas várias gerações de Arquitectos, estando atenta às novas formas de expressão da Arquitectura e aos novos modos de exercício da profissão.

20. Promover a proximidade e o diálogo com as escolas, faculdades e outras instituições de ensino e cultura, equacionando parcerias para a promoção de ações de interesse comum com a OA que visem a formação dos Arquitectos. Paralelamente promover a educação para a arquitectura, através de programas que desenvolvam consciência crítica para a importância da qualidade espacial e ambiental do edificado e do urbano;

21. Fazer do JA – Jornal dos Arquitectos, um veículo de informação de novas práticas e inovação, preservando o seu carácter de publicação independente e aberta;

22. Dar continuidade a projectos de âmbito nacional fundamentais como o Habitar Portugal, o Prémio Secil e outras Premiações, bem como programar projectos complementares de divulgação da prática profissional nos seus diversos âmbitos (cadernos temáticos, conversas, etc.).

INSTITUIÇÃO Modernização e Organização

ISTO SÓ LÁ VAI COM CONHECIMENTO E FORMAÇÃO

Para regular e valorizar a Arquitectura, precisamos de conhecer os Arquitectos e o modo como exercem a Profissão. Este conhecimento permitirá à OA especializar e direcionar os serviços prestados aos membros, nomeadamente nas áreas de apoio à prática profissional e formação e usá-lo na regulação da actividade e nos processos de negociação com o Estado e demais entidades públicas.

23. Criar um Observatório da Arquitectura, articulado com as Secções Regionais da OA para, em permanência e de forma actualizada, conhecer a profissão e os seus diversos modos de exercício, através da contínua e permanente recolha de dados que a estes digam respeito;

24. Promover o valor dos nossos profissionais, apostando na valorização e diversificação das suas competências através de uma política de formação contínua, reflectindo sobre a possibilidade de incluir no valor da quota um pacote de formação base adequado aos diferentes modos de exercício da profissão;

25. Plano Anual de Formação articulado com as Secções Regionais da OA ao longo de todo o território, que garanta que as áreas de conhecimento são disponibilizadas de igual forma aos membros;

26. Monitorizar e avaliar a implementação do Regulamento de Inscrição e Estágio em vigor, tendo sempre presente qualidade, a dignificação e a justa remuneração deste período que antecede a inscrição como membro efectivo na OA;

27. Emitir, através do Portal dos Arquitectos, declarações gratuitas específicas por acto próprio da profissão em substituição das actuais declarações genéricas, integrando um conjunto de dados opcionais e anónimos, a integrar no registo de dados do Observatório de Arquitectura, que capacitem a OA do conhecimento dos actos praticados;

28. Os Arquitectos, sejam quais forem os actos profissionais praticados, devem estar activos na Ordem dos Arquitectos e sentir-se representados. Cabe à OA enquadrar a prestação de serviços de Apoio à Prática Profissional, Formação e Apoio Jurídico a estas formas de estar na disciplina, refletindo sobre a possibilidade de fazer variar o valor das quotas. Paralelamente, deverá a OA dialogar com movimentos que defendem direitos de caracter laboral.

29. Agregar todos os sites institucionais num único domínio, de gestão articulada e partilhada com as Secções Regionais da OA, a partir do qual derivam os demais (Nacional, Regionais e Portal dos Arquitectos). A identidade "Ordem dos Arquitectos" é reforçada e o acesso à informação de e para Arquitectos é facilitado.

30. Criar mecanismos institucionais dedicados aos apoios sociais aos Arquitectos, que possibilitem, dentro das boas práticas de sustentabilidade económico-financeira, o desenvolvimento de apoios específicos ao Arquitecto, no âmbito da saúde e protecção social.

ISTO SÓ LÁ VAI COM TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

Todos os Órgãos Sociais, no decorrer do próximo mandato, terão o dever acrescido de acompanhar, colaborar e avaliar a implementação das sete Secções Regionais, garantindo a apreciação do processo que encetou a sua criação efetiva e a aferição das condições de viabilidade económica e financeira suficientes ao seu funcionamento.

O Conselho Directivo Nacional, em articulação com os seus pares Regionais, aferirá o funcionamento e as condições de execução orçamental das estruturas, tendo por base um diálogo permanente entre todos, garantindo que o crescimento da estrutura da OA, terá por base uma agregação de esforços que não comprometa a sustentabilidade financeira da instituição.

Neste compromisso de sustentabilidade, o Conselho Fiscal pugnará pelas boas práticas de gestão financeira e transparência perante os membros, através da divulgação em tempo útil dos instrumentos de gestão, nomeadamente nos websites e newsletter da OA.

O Conselho de Disciplina Nacional actuará no sentido de implementar um novo Regulamento de Deontologia e Procedimento Disciplinar, promovendo a regulação do exercício da profissão mais justo e equitativo, em defesa da independência, isenção e integridade. Igualmente, deverá divulgar periodicamente relatórios da sua actividade, contribuindo para uma desejável atitude preventiva e informativa.

Assumimos uma transformação no funcionamento da Assembleia de Delegados, enquanto órgão determinante para a representação dos Arquitectos na Ordem, para o futuro da profissão e da instituição, estreitando a relação entre representantes e representados, fazendo respeitar regras de funcionamento democráticas e tornando as suas reuniões e deliberações públicas por natureza.

Em complemento, a Assembleia Geral, deverá promover a participação dos membros de forma ampla nos processos de decisão da OA.

“Isto só lá vai com todos. Todos os votos, todas as vozes, todos os Arquitectos.“

CONTACTO

Info@istosolavaicomtodos.pt

Lista C

Programa

Isto só lá vai com todos

20 Eleições
22 ORDEM DOS ARQUITECTOS

SR Norte

www.istosolavaicomtodos.pt

Isto só lá vai com a Lista C

Esta candidatura aos órgãos da Secção Regional Norte (SRN) da Ordem dos Arquitectos pretende, através das suas propostas, iniciar um tempo e um rumo novo para os arquitectos e arquitectas a Norte do país. Uma SRN menos ensimesmada, mais participativa e mais eficaz. Mais solidária internamente e com as instituições com quem interage, trazendo para o debate informação e conhecimento, que consubstancie as suas posições. A OA conhece mal os seus membros, a sua diversidade - o que fazem, onde estão e o que esperam dela. Iniciar um processo de reconhecimento interno é por isso fundamental. Se mal sabemos quem somos como poderemos agir bem?

Os Órgãos Regionais da OA representam um território que vai muito além da sua faixa litoral. Entendemos que a sua acção deve reflectir a realidade de todo o território que representa. É preciso tornar efectivo um esforço de proximidade e não apenas enunciá-lo. A região é suficientemente heterogénea para sabermos que é preciso procurar compreender e integrar aquilo que todos, de diversas formas, esperam da sua Secção Regional e entendê-la como um todo coerente e não como uma reunião de partes distintas.

Falta presença no espaço público, participação nos debates e influência nas decisões que dizem respeito à arquitectura, ao território e à paisagem. Esta ausência tem um custo pesado na prática da arquitectura, na autonomia técnica de quem trabalha em organismos públicos, na participação dos arquitectos naquilo que consideramos ser o bem comum: os espaços onde estamos, as cidades onde vivemos e trabalhamos, o património e paisagem de que somos cuidadores e o futuro de que seremos parte, se a nossa voz se fizer ouvir.

A OA deve congregar capacidades para poder dar resposta aos desafios que se lhe colocam. Interagir com instituições ligadas ao sector da construção, instituições académicas, culturais e outras. Deve fazer um esforço de capacitação. Deve produzir conhecimento e partilhar informação com os seus membros, de modo a ser uma instituição credível e respeitada e só assim pode estar nos centros onde se tomam decisões. A ausência que sentimos responsabiliza-nos a todos, porque é do interesse de todos estarmos presentes, sempre que a causa seja a Arquitectura.

A transparência no funcionamento dos Órgãos da SRN é fundamental para que todos os membros nela possam participar. É necessário encurtar o distanciamento que existe entre os membros e a Ordem e, para isso, é imprescindível que ela funcione segundo regras de normalidade democrática e de transparência. Ser transparente significa sermos mais próximos e mais pertinentes nos problemas e assuntos que nos dizem respeito.

ISTO SÓ LÁ VAI COM TODOS

ISTO SÓ LÁ VAI COM CAPACITAÇÃO

1. Criação do Observatório da profissão, em articulação com o Conselho Directivo Nacional (CDN) e as outras Secções Regionais, que permita conhecer, identificar, e tipificar a actividade dos membros da OA;

2. Criação de um Manual de Boas Práticas que reflita a posição da SRN em articulação com o CDN e as outras Secções Regionais, quanto à definição dos actos próprios da profissão, valores de referência, avaliação dos custos associados aos diversos tipo de projecto, definição de princípios de concorrência e outros aspectos do exercício da profissão;

3. Em articulação com o CDN, participar nos processos de discussão pública de instrumentos estratégicos fundamentais (programas nacionais e regionais de ordenamento do território, estratégias para a habitação, para a mobilidade, sustentabilidade, e contra a desertificação do interior);

4. Interacção com os Colégios na congregação de informação e definição de posicionamento relativamente às áreas respectivas;

5. Em articulação com o CDN e Secções Regionais, participar nos trabalhos relativos à Política Nacional de Arquitectura e Paisagem;

6. Em articulação com o CDN e Secções Regionais, participar nos programas estruturantes de divulgação de Arquitectura;

7. Promover a criação de espaços informais na sede da SRN para debate de ideias, partilha de experiências e ensaio de novas práticas;

8. Promover acções de formação que convoquem a participação dos Colégios da profissão, o sector da construção e a academia.

ISTO SÓ LÁ VAI COM COMUNICAÇÃO

9. Participar na reformulação das plataformas informáticas da OA por forma a eliminar a dispersão hoje existente;

10. Organizar ou apoiar acções de divulgação da Arquitectura abertas à comunidade e à escala da região: visitas guiadas, Open House ou similares;

11. Fazer das cerimónias de recepção aos novos membros oportunidades para acções mais alargadas em torno da profissão e promover a sua descentralização;

12. Criar uma Livraria/Biblioteca Virtual que permita aceder aos conteúdos disponíveis e divulgar trabalhos de investigação que se considerem pertinentes;

13. Publicação regular e transparente da actividade do Conselho Directivo e do Conselho de Disciplina.

ISTO SÓ LÁ VAI COM PRESENÇA

14. Reforçar a representação da OA e da SRN nas instituições locais: junto das Câmaras Municipais, das Comunidades Intermunicipais, da Área Metropolitana do Porto, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, do Conselho Regional e das Direcções Regionais;

15. Regularizar e implementar ligações com todas as instituições que tenham como objecto a promoção e o ensino da Arquitectura: Casa da Arquitectura, Fundação Marques da Silva, instituições de ensino superior;

16. Realizar reuniões descentralizadas do CDR, aproveitando o trabalho de implementação das estruturas locais;

17. Promover a discussão sobre a definição dos actos próprios, os actos partilhados e as delimitações do exercício da profissão, enquadrando-os no impacto recente e no que se prevê virem a ser as condições de exercício da profissão ao longo do próximo mandato;

18. Participar de forma activa no Congresso, introduzindo temas relativos à sustentabilidade ambiental e ao envolvimento dos arquitectos na discussão e elaboração de propostas que invertam, alterem ou respondam a situações de Emergência Nacional, como é o caso que se vive atualmente;

19. Monitorizar o Estatuto da Ordem dos Arquitectos.

ISTO SÓ LÁ VAI COM DIÁLOGO

20. Em articulação com o CDN, intervir em defesa da harmonização e/ou uniformização dos processos administrativos relativos ao regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE);

21. Fazer a avaliação crítica do ROFERLOA e do processo de criação de estruturas locais (secções, delegações e núcleos) para que respondam de forma articulada, efectiva, e sustentável às necessidades de representação territorial;

22. Implementar um projecto piloto que reflita os princípios de representação e reciprocidade entre estruturas;

23. Reforçar e valorizar o corpo técnico permanente da SRN, de modo a garantir a continuidade da memória e da eficácia do seu funcionamento;

24. Articular com os Delegados da Região Norte de forma a garantir a discussão dos problemas regionais e a normalidade das relações institucionais;

25. Publicação clara e acessível de todos os documentos relativos ao funcionamento da SRN: atas de reuniões, regimentos, regulamentos e normas de funcionamento.

ISTO SÓ LÁ VAI COM ORGANIZAÇÃO

26. Promover de forma pro-activa concursos públicos e privados de concepção considerando a gratuitidade do apoio da OA e proposta de novos modelos-tipo;

27. Descentralizar os serviços jurídicos;

28. Abrir o apoio jurídico às áreas emergentes no exercício profissional dos arquitectos;

29. Estreitar o apoio aos técnicos na administração pública, em particular nas autarquias;

30. Programar a formação tendo em conta a realidade da prática profissional;

31. Dar apoio formativo em empreendedorismo e gestão de modo a apoiar novas práticas e novas formas de organização;

32. Rever todos os documentos relativos ao funcionamento da SRN, de modo a garantirem regras de transparência;

33. Reavaliar o seguro de saúde;

34. Reforçar o apoio à prática, promover a avaliação dos custos de operação e incremento da divulgação da bolsa de emprego.

CONTACTO

Norte@istosolavaicomtodos.pt

Lista C

Programa

Isto só lá vai com todos

20 22 Eleições ORDEM DOS ARQUITECTOS

SR Centro

www.istosolavaicomtodos.pt

Isto só lá vai com a Lista C

Dignificar a profissão e enfrentar os imensos problemas decorrentes da crise económica que afectou o país e o mundo na última década (cortes, cativações, privatizações, liberalização, migrações, turismo de massas, especulação imobiliária, alojamento local, etc) e, por outro lado, alterar a percepção do real valor da Arquitectura, são os princípios que o programa do Arquitecto Gonçalo Byrne na sua candidatura à Presidência da Ordem dos Arquitectos manifesta e que a lista às eleições para a nova Secção Regional do Centro subscreve.

A importância desta verdadeira necessidade de alterar a percepção do valor da Arquitectura na sociedade portuguesa reforça-se com as sempre sábias palavras do Arquitecto Álvaro Siza quando afirma que a arquitetura em Portugal está em agonia, culpando as normas impostas pela Comunidade Europeia, ainda mais burocratizadas por um Estado que não olha para Arquitectura como disciplina fundamental para a qualificação dos seus territórios e para a melhoria efectiva e culta das suas comunidades. O exercício da profissão vive assim um paradoxo: se por um lado a sociedade celebra o prestígio da arquitectura portuguesa por outro não lhe reconhece valor social ou económico!

Os desafios que os nossos territórios rurais e urbanos vão enfrentar nos próximos anos necessitam de profissionais qualificados, em todas as áreas, mas sobretudo vão necessitar de cidadãos activos na contestação dos caminhos errados, na defesa de causas que reforcem a proteção ao Planeta, na proteção às minorias, na defesa pela obtenção legítima de todos aos bens essenciais, onde se incluem o acesso a territórios povoados e protegidos, a territórios urbanos e rurais bem desenhados e bem planeados, a habitação digna e eficaz nas suas componentes técnicas e ambientais.

Os profissionais de Arquitectura, enfrentam muitas dificuldades na sua capacidade de se expressarem, quer disciplinarmente quer como cidadãos, estando de algum modo acossados por formas diversas de pressão e de práticas não justas e equilibradas. O enorme esforço de formação que a maioria das faculdades de Arquitectura realiza visando atingir níveis de excelência, apetrechando os seus alunos com níveis altos de informação e formação, rapidamente é diluído nos pântanos das práticas profissionais locais (fábricas de projectos), impedindo o aparecimento da sabedoria e rigor que só se atinge em ambientes mais saudáveis. Algumas ilhas de práticas profissionais mais lúcidas e afirmativas, espalhadas pelo território nacional, ajudam a combater o desânimo que a classe atravessa.

A classe está também hoje, felizmente, muito espalhada por diversos órgãos de planeamento, de controlo legislativo, administrativo, de formação sendo por isso fundamental saber articular todas as práticas e decisões no sentido da valorização e protecção das comunidades e dos seus territórios. No entanto é conhecida a pouca articulação e defesa da profissão na sua dimensão global, fruto de conflitos, misturas incompatíveis, gestão pessoal de territórios ou pressões políticas desajustadas, limitadoras da justa divulgação dos princípios profissionais, deontológicos, programáticos, estratégicos, etc.. Conhecemos também as dificuldades que os colegas da administração regional e local enfrentam na sua afirmação profissional, quer como profissionais de planeamento, projecto, licenciamento ou outros, sempre muito condicionados por práticas e realidades que os limitam e anulam.

A audição das Ordens e núcleos profissionais locais e regionais, em tempo certo, na discussão das cartas de risco, das alterações climáticas, PDMs , Planos de Pormenor, no debate sobre a intervenção na floresta e nos perímetros urbanos, nos territórios ameaçados, nos projetos estratégicos, seria uma prática fundamental quer para integração dos técnicos nas suas comunidades, quer para a clarificação da necessidade do aumento da encomenda pública e privada.

A pandemia que vivemos e que nos sujeita a uma clausura sem precedentes apela-nos para que nos envolvamos maciçamente no período eleitoral que se avizinha. Este doloroso acontecimento que nos põe todos em guarda e nos mostra as debilidades dos nossos diversos serviços públicos, as fragilidades e as falhas dos nossos programas urbanos, das nossas cidades, das nossas habitações, dos nossos lares e escolas, das nossas infra estruturas e das nossas estruturas humanas exige que manifestemos a nossa existência, a nossa capacidade em ajudar a reconstruir a sociedade, que vai ficar muito abalada.

Nada vai ficar como dantes!

Será forçoso que manifestemos a urgência em discutir a dimensão das cidades, as periferias desiguais, os espaços urbanos, o modelo habitacional, a redefinição dos programas dos equipamentos públicos. Queremos cidades e suas estruturas mais ordenadas, mais dignas, mais acolhedoras, concebidas a partir de pontos de vista mais humanos e democráticos e queremos participar nessas alterações.

Manifestemos de forma coletiva que os arquitectos estão disponíveis para se envolverem, com todas as suas capacidades profissionais, na defesa das suas regiões e das suas economias.

A inexistência, na região Centro, de uma Ordem organizada não auxilia a visibilidade dos Arquitectos nem os motiva a surgirem associados e a lutarem por práticas mais justas. A eliminação das tabelas dos honorários criou um enorme vazio profissional ao permitir que os projetos passassem a não ser entendidos com actos de arquitectura mas tão só actos administrativos. Os desafios são muitos a começar pela instalação de uma nova sede para esta nova Secção Regional do Centro.

A lista que apresentamos e que se identifica com os considerandos expressos é composta por diversos colegas espalhados pela região centro, com actividades muito diversas, desde a prática profissional liberal, ao ensino universitário, ao trabalho autárquico. Quisemos colocar colegas representativos de várias zonas da região centro, com práticas e gerações muito diversas de forma a termos uma Secção Regional representativa do maior número de Arquitectos. Temos colegas de Aveiro, Fundão, Viseu, Ovar, Coimbra, Lousã, Oliveira de Frades, Vouzela, Figueira da Foz, Leiria, Ilhavo, Relvas, Tábua, Miranda do Corvo.

ISTO SÓ LÁ VAI COM TODOS

ISTO SÓ LÁ VAI COM REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO GERAL

A região centro que a nova secção regional englobará é composta por imensos municípios e sub-regiões com comunidades urbanas e territoriais muito diferenciadas e com níveis de qualificação muito desiguais. É uma enorme área sofrendo com o decréscimo populacional, com o abandono de imensos lugares rurais, com os fogos terríveis que têm ciclicamente empobrecido as comunidades ainda existentes. A maioria dos lugares urbanos apresentam níveis de abandono e degradação expressivos, periferias urbanas sem arquitetura e sem modelos urbanos sensatos e equilibrados.

Perguntar-se-á onde têm estado os arquitectos, os urbanistas, os geógrafos, etc? Como tem sido a prática dos colegas nas autarquias, como tem sido o seu diálogo com o poder local, com os colegas em regime liberal ou empresarial, com a Ordem? Têm estes colegas tido a capacidade de se afirmarem e de serem ouvidos, de praticar a profissão tal como é necessária e recomendável? E os colegas com práticas liberais têm tido espaço, capacidade para se afirmarem ou estão envolvidos num mercado condicionado pelos clientes e com práticas pouco adequadas e pouco enriquecedoras disciplinarmente? Estão os arquitectos efectivamente envolvidos na afirmação dos seus concelhos e das suas regiões ao nível do seu planeamento, do desenho urbano e arquitectónico, do seu património cultural ?

Queremos estar com todos , com os arquitectos que praticam a sua profissão nos 74 municípios da região, ouvi-los, articular politicas e projetos e queremos recuperar a credibilidade perdida! Propomos por isso :

1. A instalação da Sede da Secção Regional Centro da Ordem dos Arquitectos em cidade a definir. Queremos estar o mais próximo possível de todos, sem excepção. Queremos discutir abertamente a localização da nova sede transformando-a num farol de apoio para todos nestes tempos de mudança.

2. A dinamização e a coesão funcional entre a Secção Regional Centro, os núcleos e delegações dos Arquitectos da região;

3. A nomeação de correspondentes locais por concelho e por áreas funcionais para interligação com a secção regional bem como a nomeação de correspondentes estudantes dos cursos de Arquitectura e Planeamento nomeados pela universidades e ou associação de estudantes.

4. A organização anual de congresso regional com todos os núcleos, com definição de assunto temático. Empenhar-nos-emos de forma clara na realização destes encontros como forma de aferição das diversas práticas regionais e concelhias.

ISTO SÓ LÁ VAI COM A VALORIZAÇÃO DA ARQUITECTURA

A profissão exerce-se hoje num quadro de grande dificuldade, de fragilidade disciplinar, quer na estrutura pública quer na privada, com menorização da formação cultural e técnica do arquitecto.

A regulação do valor dos projetos que a administração local e central estabeleceram, a não consideração da importância dos projetos de execução e o acompanhamento das obras por parte dos clientes, com reflexo enorme na afirmação no valor remuneratório do trabalho do arquitecto; a pouca atenção que os projetos têm dado à construção das cidades e à reabilitação do seu edificado;

a desconsideração da disciplina da construção como matéria de projeto e da competência dos arquitectos; a desconsideração dos programas inovadores só possíveis com o exercício de uma prática arquitectónica mais livre e com mais tempo, tudo isto afunilou o papel dos arquitectos na sociedade portuguesa remetendo-os para um limbo onde a incerteza paira.

Queremos por isso:

5. A Estruturação de uma Carta Magna para a prática profissional, em articulação com o CDN e Secções Regionais onde se aborde e se recomende:

- Em função da complexidade dos estudos e projectos que os Arquitectos vierem a enfrentar e considerando os programas, tipologias escalas, localizações, etc, estruturação de ferramentas facilitadoras para definição de custos de projeto;

- A clarificação dos vínculos laborais dos Arquitectos a trabalhar por conta de outrem de forma a serem dignificados nas suas carreiras profissionais com valorização efectiva das suas tabelas salariais;

6. A manutenção do seguro de responsabilidade civil e profissional com proposta para o aumento do valor do seu capital base;

7. O acesso aos concursos;

8. A reposição da obrigatoriedade, aquando do acto de licenciamento camarário, de entrega de certidão individual do processo a licenciar emitida pela Ordem. Tal certidão criará condições para que se compreenda, de forma objectiva, a dinâmica regional da prática da Arquitectura;

9. A intensificação dos contactos, junto das Autarquias e outros organismos públicos, para que a prática profissional de Arquitectura só seja possível com inscrição activa na Ordem dos Arquitectos;

10. O empenho da Secção Regional, em articulação com as Autarquias, para que se abram processos estratégicos que envolvam mais Arquitectos na estruturação de caminhos mais sustentáveis para os territórios, sua divulgação patrimonial e um maior controle físico.

ISTO SÓ LÁ VAI COM FORMAÇÃO

Os actuais momentos que vivemos, nesta sociedade global, ameaçada por incertezas, pandemias, alterações climáticas, guerras absurdas, religiosas, raciais e culturais, movimentos migratórios intensos com enormes campos de refugiados sujeitos a todas as explorações e violências, crescimento populacional absurdo de determinados países em diversos locais do planeta com a degradação de vários ecossistemas, mostra com clareza que todos nós precisamos de mudar, de participar nas mudanças, de partilhar os nossos saberes e as nossas práticas.

A importância da informação e formação, da investigação, nas suas diversas componentes, são fundamentais para que possamos em qualquer momento das nossas vidas dar contributos fundamentais para a evolução das sociedades.
A proximidade com os centros de investigação e de produção de saber é, nesse sentido, vital. Propomos :

11. A ligação da SRC aos pólos de ensino universitário (FCTUC DARQ; UBI; UA) e politécnicos (IPV. IPG e IPCB) visando o reforço da componente científica, a partilha da informação e formação;

12. Um protocolo com estas estruturas universitárias e científicas para que estas divulguem junto da SRC as teses de investigação, provas de doutoramento e encontros que possam promover o campo disciplinar da arquitectura.

13. A organização de encontros temáticos, visitas guiadas a património arquitectónico e paisagístico relevante, envolvendo as estruturas locais dos Arquitectos;

14. A aproximação à Associação dos Arquitetos Paisagistas visando partilhar preocupações comuns e lançar iniciativas conjuntas em prol dos nossos territórios.

ISTO SÓ LÁ VAI COM CULTURA

Distraídos, porque envolvidos na luta por melhores condições profissionais, os arquitectos, no seu todo, têm visto o património dos seus pares e seus antepassados serem engolidos pelo tempo, pelas desventuras da evolução urbana pouco sensível e nem os enormes inventários patrimoniais que têm sido elaborados pelas diversas estruturas técnicas dos órgãos autárquicos ou estatais têm defendido tais valores.

Nos últimos anos assistimos a uma importante regeneração urbana dos grandes centros, nem sempre de forma correcta já que problemas de gentrificação, fecho de estabelecimentos tradicionais, rutura no equilíbrio social, demolição maciça de valores tipológicos e morfológicos arquitetónicos e urbanos, têm acontecido: e temos deixado isto acontecer sem nos manifestarmos!

Podemos e devemos inverter estas práticas já que elas delapidam o nosso património genético.

Assim, propomos:

15. A Inventariação e publicação das obras do século XXI para as quais se deve pedir a sua classificação como património arquitectónico municipal relevante, protegendo a sua não degradação, alteração ou substituição, fomentando deste modo os bons exemplos e a proteção da autoria;

16. A manutenção, preservação e reabilitação dos edifícios e espaços urbanos e rurais mais significativos manifestando publicamente a importância da sua salvaguarda;

17. A publicação anual de um guia arquitetónico com as obras mais relevantes realizadas no ano anterior, escolhidas por júri regional e desde que projectadas dentro das recomendações estabelecidas pela Secção Regional Centro;

18. Promoção de Prémios Regionais de Arquitetura e de colóquios e conferências descentralizadas.

ISTO SÓ LÁ VAI COM AFIRMAÇÃO PÚBLICA

E porque entendemos que todas as nossas capacidades profissionais e culturais necessitam de ser audíveis e partilhadas propomos:

19. O envolvimento da Ordem , delegações e núcleos em todas as manifestações públicas e sociais que envolvam os territórios, suas comunidades e seus interesses regionais e locais;

20. A organização interna de debate sobre as normas de descentralização e regionalização que o governo apresentará para a região centro, visando apresentar documento resumo das considerações e preocupações levantadas.

CONTACTO

Centro@istosolavaicomtodos.pt

Lista C

Programa

Isto só lá vai com todos

20 Eleições
22 ORDEM DOS ARQUITECTOS

SR Lisboa e Vale do Tejo

www.istosolavaicomtodos.pt

Isto só lá vai com a Lista C

Esta Candidatura para a Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo surge num contexto de crise e de interrupção dos paradigmas adquiridos.

Após a pandemia global que estamos a viver, estamos obrigados a reflectir sobre a nossa sociedade e o nosso território, nos quais a Arquitectura terá um papel essencial.

A Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo representa um território com inúmeras assimetrias, que vão da densa área metropolitana de Lisboa até territórios dispersos e rurais e menos densamente povoados.

Esta assimetria não é só de paisagem: somos cerca de 12000 Arquitectos inscritos, estimando-se que 70% com menos de 45 anos, em que a grande maioria trabalha na área metropolitana de Lisboa.

A nossa equipa está consciente dos desafios e das dificuldades que a profissão encontra hoje, bem como do modo como estas influenciam a actividade dos Arquitectos. Somos uma equipa diversificada, com práticas profissionais distintas e inter-geracional.

A partir das nossas diferentes experiências individuais, representamos um universo muito abrangente da nossa região, refletindo sobre as questões essenciais da Arquitectura e dos Arquitectos.

Queremos representar todos e dar voz a todos. Daqueles que chegam à profissão até aos que acumulam experiência ao longo de tempo, daqueles que projectam edifícios até aos que se dedicam a práticas mais alternativas e no perímetro da disciplina, daqueles que ingressam em ateliers e neles querem crescer e evoluir até aos que pretendem estabelecer-se enquanto profissionais autónomos. Somos todos Arquitectos.

Esta secção surge do processo de desdobramento da antiga Secção Regional do Sul em 5 novas regiões. Por ser a secção matricial assumimos numa primeira fase a responsabilidade da passagem de testemunho, pois será necessária a partilha de serviços e apoio na implementação das novas secções.

A Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo é uma estrutura regional da Ordem dos Arquitectos, com competências nos âmbitos do exercício profissional, de encomenda, da disciplina e da admissão constituindo-se como linha da frente na relação da OA com os seus associados e vice-versa. Vamos dar voz aos Arquitectos da região, vamos ser uma voz presente na afirmação pública do papel dos Arquitectos, na valorização da profissão e na promoção da Arquitectura.

Estaremos atentos a questões fundamentais tais como a necessidade de dignificar a profissão na sociedade portuguesa, de garantir a justa remuneração do trabalho dos Arquitectos e melhores condições para a sua prática profissional, de considerar todas as suas formas de exercício, de contribuir para a igualdade de género e de oferecer formação ajustada em face dos desafios presentes e vindouros.

Revemo-nos no programa da candidatura liderada por Gonçalo Byrne aos Órgãos Sociais Nacionais da Ordem dos Arquitectos, estruturado em três pontos fundamentais: Profissão: valorizar e enquadrar; Arquitetura: Intervir e Comunicar; Instituição: Modernização e Organização.

ISTO SÓ LÁ VAI COM TODOS

ISTO SÓ LÁ VAI COM REPRESENTATIVIDADE E REGULAÇÃO

1. Contribuir para a afirmação da nossa comunidade, participando nos centros de decisão, na rede de instituições públicas e privadas que operam no nosso território, numa perspectiva solidária e construtiva;

2. Potenciar uma disciplina justa e eficiente que valorize a profissão, procurando melhorar as condições de trabalho do Conselho de Disciplina Regional;

3. Defender a justa remuneração do trabalho de Arquitectos e a melhoria suas condições de prática e de trabalho;

4. Garantir que o sistema de admissão seja cada vez mais equacionado como preparação dos candidatos para os desafios da vida profissional, bem como forma de aproximação dos candidatos e dos novos membros à OA;

5. Acompanhar o ensino da Arquitectura na região, interagindo com o grande número de Escolas presentes na região;

6. Normalizar procedimentos, apoiar a implementação da desmaterialização processual e da plena transparência dos processos de Licenciamento.

ISTO SÓ LÁ VAI COM FORMAÇÃO

7. Promover mais capacitação e melhor capacitação, garantindo melhor formação, mais diversificada e ajustada aos tempos actuais e vindouros;

8. Colaborar no âmbito regional com o Observatório da Profissão;

9. Ter uma presença mais activa nas discussões das grandes questões do território, da cidade e da Arquitectura na região;

10. Garantir um serviço educativo, que aproxime a OA das camadas mais jovens da sociedade na região, o sentido de promover a e valorizar a Arquitectura;

11. Promover inovação e debate sobre o Tema do Ambiente.

ISTO SÓ LÁ VAI COM FORMAÇÃO

12. Melhorar os interfaces com os membros, garantindo maior eficácia e proximidade com cada um em particular;

13. Organizar e apoiar acções de divulgação da Arquitectura abertas à comunidade e à escala da região;

14. Publicar regularmente e com toda a transparência a actividade do Conselho Directivo e do Conselho de Disciplina;

15. Aproximar os membros para que estejam mais cientes de todas as informações relevantes da prática profissional, assim como de todas as actividades da SRLVT;

16. Assegurar proximidade com a comunicação social garantindo a defesa da Arquitectura e da profissão como bens públicos.

ISTO SÓ LÁ VAI COM ORGANIZAÇÃO

17. Melhorar o funcionamento dos serviços da ordem, potenciando o serviço prestado aos membros - concursamento, apoio jurídico, apoio à pratica profissional e apoio técnico aos arquitectos da administração pública;

18. Reforçar e valorizar o corpo técnico permanente da SRLVT, de forma a garantir eficácia e permanência ao longo do tempo;

19. Optimizar o trabalho de análise dos procedimentos concursais lançados pela administração pública, identificando, junto dos arquitectos as lacunas e irregularidades dos mesmos;

20. Melhorar a protecção social dos membros, designadamente através de parcerias e protocolos nos âmbitos da saúde e complementos de reforma.

CONTACTO

Lvt@istosolavaicomtodos.pt

Lista C

Programa

Isto só lá vai com todos

20 22 Eleições ORDEM DOS ARQUITECTOS

SR Alentejo

www.istosolavaicomtodos.pt

Isto só lá vai com a Lista C

O desafio da implementação de uma nova Secção Regional do Alentejo da Ordem dos Arquitectos é um momento fundador para o qual é necessário a participação e a união de todos os Arquitectos do Alentejo.

Perante esta conjuntura de valorização da Arquitectura, pretendemos unir a região nesta candidatura dizendo em uníssono «Sim, à Arquitectura» e pôr em prática um projecto comum de e para os Arquitectos.

Temos a oportunidade de construir algo novo no Alentejo e necessitamos do apoio de todos para a sua implementação!

Somos um grupo variado de Arquitectos e representamos uma pluralidade de idades, práticas profissionais, experiências, territórios e valores para que possamos contribuir para um entendimento global do acto profissional do Arquitecto.

Entendemos a necessidade de ter Arquitectura no Alentejo através de uma perspectiva e proximidade local. Esta descentralização pretende servir melhor os Arquitectos, pretende estar perto e aproximar os que exercem a Arquitectura no Alentejo, e apoiar um exercício profissional pleno e responsável, ético e válido, independente e comprometido com o território, com o ambiente e com a comunidade em que se insere.

Pretendemos trocar experiências e aprender em conjunto, criar uma plataforma regional que nos una em causas comuns e redefina o modo como se fala de Arquitectura no Alentejo.

Conhecer, compreender e representar são as ideias base deste grupo que pretende, neste primeiro mandato, constituir uma sede e organizar uma região em torno de problemas e desafios comuns na prática da Arquitectura neste território, tendo como base a compreensão das especificidades da profissão nos seus diversos modos de exercício.

Temos consciência de uma identidade que é o reflexo da coerência, seriedade e trabalho diário neste nosso território. Sentimos a necessidade de ser uma comunidade. Queremos compreender o modo como exercemos a profissão e apoiar as necessidades dos Arquitectos, assumindo a condição actual de um exercício sem fronteiras, fruto de uma capacidade de interligação e reflexão sobre o mundo que habitamos.

ISTO SÓ LÁ VAI COM TODOS

ISTO SÓ LÁ VAI COM PROXIMIDADE E VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO

A Secção Regional do Alentejo entende o seu papel institucional e estatutário na sua intervenção com os Arquitectos, instituições públicas e privadas e promotores da região Alentejo.

Pretendemos criar uma estrutura inclusiva e unificadora dos Arquitectos, que habitam ou trabalham na região do Alentejo construindo este território, e queremos conhecê-los e representá-los em proximidade.

A Secção Regional do Alentejo compromete-se a:

1. Ser um parceiro activo e unificador do debate da Arquitectura, habitação, reabilitação e paisagem, da qualidade do território, dos espaços públicos e do património cultural na região Alentejo;

2. Aproximar, promover e evidenciar e riqueza, flexibilidade, resiliência, originalidade e variedade de formas do exercício profissional dos Arquitectos na Região Alentejo, bem como o seu contributo para o passado, presente e futuro da região;

3. Evidenciar e defender a autonomia técnica do Arquitecto, nos vários modos de exercício profissional, promovendo a sua qualificação, visibilidade e formação;

4. Valorizar e divulgar os contributos da Arquitectura para os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável na região Alentejo, promovendo o desenvolvimento de um compromisso comum da Arquitectura para com o Alentejo com base numa responsabilidade ética e deontológica perante as comunidades;

5. Valorizar e promover a Arquitectura que enquadra o Ambiente, o Ordenamento do Território, as Alterações Climáticas e a Desertificação nos territórios da Região Alentejo, nomeadamente na equilibrada utilização dos recursos, num entendimento integrador da economia circular, e na utilização das energias renováveis como factores de diferenciação regional;

6. Criar o Observatório da Arquitectura que permita monitorizar e acompanhar a encomenda do projecto, no reconhecimento do papel do Arquitecto na sociedade e na Região do Alentejo;

7. Intensificar o contacto junto das Autarquias com outros organismos públicos, para que a prática profissional de Arquitectura só seja possível com inscrição activa na Ordem dos Arquitectos, reflectindo sobre a possibilidade de fazer variar o valor das quotas para serviços distintos.

ISTO SÓ LÁ VAI COM CONHECIMENTO E PARTILHA

A Secção Regional do Alentejo propõe um compromisso profissional para com a região Alentejo e a dinamização das sub-regiões nas suas variadas identidades e valores intrínsecos.

A Secção Regional do Alentejo compromete-se a:

8. Prosseguir no interior da Ordem dos Arquitectos uma acção colaborativa, como parte de um todo maior, num compromisso de cooperação, mas atendendo às necessidades e identidades únicas regionais, e na viabilização funcional e financeira desta nova secção;

9. Valorizar uma relação profícua com as instituições públicas e privadas, regionais, sub-regionais e concelhias dinamizando a cooperação institucional, e a promover e defender políticas públicas, prestar assessorias, e defender um acesso à contratação de serviços amplo, justo e equitativo no Alentejo;

10. Promover a ligação com as instituições de ensino superior da região – Universidade de Évora e Politécnicos de Beja e Portalegre – dinamizando a cooperação institucional, a formação complementar (formal e não formal) e o enriquecimento curricular;

11. Intervir no sentido de aproximar os entendimentos técnicos e específicos da prática profissional, tanto na administração pública como na prática privada, concertando estratégias esclarecedoras e unificadores, promovendo entendimentos comuns;

12. Monitorizar, compreender e valorizar a Arquitectura realizada pelos seus associados, e a que se realiza por Arquitectos nacionais e estrangeiros na região Alentejo;

13. Apoiar e dinamizar acções dos seus associados dentro dos princípios orientadores da valorização do Território da Arquitectura e dos Arquitectos a nível regional.

ISTO SÓ LÁ VAI COM ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

A Secção Regional do Alentejo propõe-se agir de forma unificadora e integradora dos Arquitectos do Alentejo, promovendo a integração e representação das várias gerações, modos de exercício profissional e lugares. A Secção Regional do Alentejo compromete-se a:

14. Monitorizar a sua implementação, avaliar os resultados obtidos no fim do mandato e dinamizar a sua continuidade, o reforço das suas competências e a sua visibilidade a nível regional, sub-regional, local e transfronteiriço;

15. Criar um órgão que seja funcional e financeiramente sustentável, ao serviço de todos os arquitectos do Alentejo, e a promover a criação de uma sede institucional;

16. Promover e organizar a fundação de núcleos sub-regionais, intensificando a aproximação da estrutura regional aos associados;

17. Dinamizar um equilíbrio funcional dos vários órgãos da Ordem dos Arquitectos, garantindo representatividade regional, mas também uma maior eficácia funcional da estrutura nacional, optimizando a utilização dos recursos financeiros e humanos comuns partilhados;

18. Promover e organizar encontros sub-regionais dedicados à promoção da Arquitectura e dos Arquitectos que se faz no Alentejo, e a promover a discussão de temas pertinentes aos diferentes modos de exercício profissional, em ligação com a academia e com a práxis profissional.

CONTACTO

Alentejo@istosolavaicomtodos.pt

Lista C

Programa

Isto só lá vai com todos

20 Eleições
22 ORDEM DOS ARQUITECTOS

SR Algarve
www.istosolavaicomtodos.pt

Isto só lá vai com a Lista C

Resultado de muitos encontros entre arquitectos de diversas origens e práticas profissionais na região, que continuam mesmo à distancia, o programa inaugural da Secção Regional do Algarve (SRA) para o triénio 2020-22 pretende compreender as implicações dos factores que determinam a realidade da sua actividade profissional e intelectual no Algarve.

Uma prática transversal à região, de natureza translocal e multidisciplinar, que hoje se alonga para além da conhecida actividade de projectista. Sem perder o foco principal no apoio à prática do quotidiano, dependente de autarquias e instituições, o indivíduo, diverso e pluridisciplinar na sua relação com a arquitectura, é o objecto deste programa.

Todos os arquitectos são hoje (mais que no passado) moderadores e facilitadores de debates como o do funcionamento da Administração Pública ou a supervisão e gestão que o Estado e Governos fazem dos recursos naturais e construtivos.

Num território em acelerada transformação durante os últimos 60 anos e continuamente ausente da discussão da prática e da arquitectura Portuguesa, os agentes económicos, sociais e culturais, entre os quais o arquitecto, deverão reconhecer: a diversidade geográfica e a dinâmica policêntrica do território, a velocidade e a disponibilidade de deslocação de residentes e visitantes, a volatilidade da propriedade e o uso do solo enquanto mecanismos de gestão do território, e a resiliência de uma infra-estrutura natural e construída numa matriz sazonal.

Estas condicionantes quando combinadas estão, eventualmente, na origem de muitas das catástrofes de consequências naturais, sociais e económicas, fenómenos para aos quais os arquitectos devem reagir, intervir e colaborar. Este programa acredita ser urgente o reconhecimento entre pares e o envolvimento de todos os arquitectos para uma discussão alargada e crítica dos meios que definem e condicionam a arquitectura e a prática no Algarve, mas também o seu quotidiano. Para além do compromisso na candidatura conjunta aos Órgãos Sociais da OA em modernizar os serviços e organização interna, a valorização e enquadramento da profissão, bem como a capacidade de intervenção e comunicação, são prioridades deste programa.

Pretende-se valorizar a capacidade profissional, tecnológica e científica do arquitecto, apoiando-o e aos diferentes agentes envolvidos na sua prática. Este programa propõe a criação de instrumentos que permitam não só a valorização social e cultural do arquitecto, mas fundamentalmente o alargar de competência tecnológica que permitam uma melhor e eficiente interacção entre partes, ultrapassando limitações físicas e temporais.

A volatilidade e afluência de um pequeno território caracterizado pela mobilidade e diversidade, onde convivem realidades urbanas e rurais distintas, é um motivo para entender de forma original as novas oportunidades de comunicação e trabalho à distancia e responsabilidades do arquiteto perante a sua comunidade durante e após a crise 'sanitária' que vivemos.

A solidariedade dos arquitectos para com a comunidade em geral, é uma das formas de aproximação, procurando repensar modelos arquitectónicos à luz de novas necessidades. Mas talvez outra será mais primordial, a solidarização entre os profissionais, a manutenção das condições e trabalho e a partilha entre todos é agora mais urgente do que nunca.

ISTO SÓ LÁ VAI COM TODOS

ISTO SÓ LÁ VAI COM UMA MISSÃO

A prática da arquitectura no Algarve necessita de uma aproximação em si mesma: É necessária uma aproximação ao território e sua especificidade, na expectativa de um futuro mais diverso e plural. É necessária uma aproximação à força de trabalho existente entre arquitectos, capaz de reconhecer competências para lá da economia do turismo.

É necessária uma aproximação à riqueza ambiental e paisagística, capaz de compreender o potencial da paisagem para lá do enquadramento da janela do quarto de hotel.

Perceber, entender e construir estratégias de ação no apoio local à prática de arquitectura na região, disponibilizando a todos os membros competências práticas e técnicas.

Unir motivações e potenciar novos e velhos debates da prática e da sua relação com o território proporcionando plataformas de diálogo positivo e de ampla participação com as autoridades regionais e autárquicas.

Contribuir para o levantamento de necessidades que interferem nos procedimentos de análise a aprovação de projectos, com a colaboração dos arquitectos na Administração Pública, com competência para fiscalizar, relatar, licenciar e aprovar. Com a atenção dos Órgãos Nacionais, esta será a forma de contribuir para maior celeridade processual e condições de trabalho para todos os arquitectos dentro e fora da Administração Pública.

Em paralelo com o funcionamento regular da futura Secção, a formação de grupos de trabalho com a participação de maior número de membros, poderá realizar novos modos de representação do território, e no território. Plataformas de discussão informadas que poderão dar voz a arquitectos e outros que reconhecem na OA uma posição moderadora e facilitadora de debates do território e ambiente, das cidades e da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Esta deverá ser uma referência para um novo posicionamento social e cultural entre arquitectos na região: o dever deontológico de valorizar e enriquecer a vivência espacial das comunidades, compreendendo que a paisagem se constitui também da preservação de valores naturais e do diálogo intemporal entre diferentes contextos e práticas culturais.

A originalidade de ideias e conteúdos no âmbito da discussão pública são prioridades na defesa do respeito pela autonomia técnica do arquitecto, promovendo a sua valorização profissional e científica junto da Administração Pública e da comunidade em geral.

ISTO SÓ LÁ VAI COM ESTRATÉGIA

Consignar a relação entre arquitectos membros e a OA ao longo de dois vectores principais:

1. Modernizar serviços e organização interna procurando uma nova relação com os arquitectos (promover o contacto entre todos os arquitectos na região conhecendo as suas práticas, actividades e necessidades) com a construção de um novo organismo como a SRA e capacidade para responder à mobilidade, natureza e origem dos membros, através de uma maior intensidade a comunicação de

e para a SRA da OA, possibilitando que as diferentes distâncias e velocidades do território sejam vencidas contrariando a relação centro-periferia / urbano-rural;

2. Procurar maior integração de todos os profissionais no âmbito da arquitectura, apoiando a criação de diferentes formas de filiação com a OA, observando que diferentes formas de praticar dentro da arquitectura poderão assumir diferentes formatos de associação possibilitando aos mais jovens, mais periféricos, mais precários profissionais aderir à OA num formato que os sirva nos serviços necessários, por um valor mais inclusivo.

Estes dois vectores ancorados nas características geográficas e morfológicas da região serão fundamentais para o futuro da ocupação de um território onde residentes locais e globais partilham decisões e ações ao longo de todo o ano.

ISTO SÓ LÁ VAI COM PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Na Cidadania e no Compromisso Social, em paralelo com a estrutura nacional, esta Secção procura promover e fomentar a discussão pública através de grupos de trabalho que este programa propõe desenvolver nos seguintes âmbitos:

3. Identidade Uma prática translocal. Para além de uma prática residente composta por gerações de arquitectos que escolheram a região como modo de vida entre a serra, o mar e o cosmopolitismo sazonal, um número crescente de novos e futuros membros preferem o Algarve para estudar ou mesmo para estadias prolongadas. A OA deve compreender a natureza e perfil destes novos membros, eventualmente mais translocal que local ou global, bem como os desafios que enfrentam por uma prática e integração social mais justa, assumindo o debate de temas como: o impacto do Turismo na paisagem, sociedade, cultura e política do Algarve; a igualdade de género e inclusão de minorias culturais na prática da arquitetura na região, reconhecendo dinâmicas intergeracionais e uma comunidade global (emigração e imigração); a preservação patrimonial, ambiental, paisagística e cultural.

4. Diversidade Ocupação do território. O espírito translocal introduz novas tipologias e práticas que sobrepostas devem promover uma unidade fundamental para a coesão territorial e equilíbrio ambiental. Todos os arquitectos a residir ou praticar na região devem contribuir para uma renovada consciência ambiental que debate, alerta e defende a salvaguarda dos recursos do território. Além de preservar o arquitecto deve contribuir e sedimentar uma identidade cultural regional, transnacional e porosa, em que possam coexistir diferentes memórias relacionadas com a ocupação do território e as actividades económicas desenvolvidas ao longo dos tempos, bem como das características intrínsecas, geológicas e climáticas do território em si mesmo.

5. Infraestrutura – Território No Algarve há décadas que convivem realidades urbanas e rurais muito distintas sem definição territorial e económica de hierarquias de centro e periferia como em Lisboa. As diversas estruturas edificadas que serviram e servem à modernização do espaço comum ou público, de praças a hospitais, são muitas vezes alienadas das especificidades do território, revelando dificuldade em articular mudanças socioculturais e económicas, como as que hoje se vivem. Os arquitectos da região devem em conjunto abordar a urgência de uma aproximação integral e livre de dinâmicas sazonais identificando boas práticas que poderão influenciar positivamente um universo de casos maior. Os grupos de trabalho deverão reunir e constituir massa crítica em torno de sítios, locais, projectos e outras questões de foco.

6. Ecologia do território A resiliência da ecologia local fará parte de decisões e prioridades em todos os instrumentos de planeamento e ordenamento do território: a redução de resíduos domésticos, o tratamento de águas residuais e o uso de energia eólica, solar ou gerada por ondas. À OA compete intensificar o tema das alterações climáticas junto do público em geral e do Estado através de instrumentos como a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem. O arquitecto deve assumir o compromisso ético de sensibilizar a comunidade na sua envolvente para uma consciência que deve ser potenciadora de oportunidades e não uma limitação.

ISTO SÓ LÁ VAI COM COLABORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

7. Coordenar com a estrutura nacional e assumir para com o novo Órgão Regional o compromisso da sustentabilidade financeira, boas práticas de gestão e a transparência perante os membros;

8. Acompanhar a modernização dos Órgãos Sociais no âmbito nacional e promover de forma responsável a instalação da nova estrutura regional, identificando a melhor estratégia para a implementação de uma nova Sede;

9. Apoiar os órgãos nacionais da OA no apelo à revisão da legislação que aos Arquitectos e à Arquitectura diz respeito;

10. Promover enquanto região experimental a criação de ferramentas que possam estabelecer apoiar os membros na integração de meios digitais de comunicação à distancia, no cálculo dos seus honorários de forma sustentada e assente na justa quantificação dos serviços prestados;

11. Dialogar com os órgãos públicos e decisores, perceber as suas necessidades, num espírito de cooperação e articulação para uma maior proximidade entre profissionais;

12. Acompanhar a revisão dos regimes do Ordenamento do Território, da Habitação e da Reabilitação Urbana, na região de forma a capacitar a crítica local, mas também informar a estrutura nacional da OA, contribuindo para uma estratégia comum e holística;

13. Como alternativa à economia do Turismo, esta SRA deve promover localmente como o apoio da estrutura nacional da OA, a discussão pública do problema da habitação, do alojamento social e do alojamento a custos controlados, incluindo a Serra Algarvia e interior transfronteiriço;

14. Apoiar a exportação de serviços de Arquitectura de formar a valorizar a região como centro de produção reduzindo a dependência na prática regional de uma economia do Turismo;

15. Apoiar os Órgãos Nacionais na criação o Colégio do Ambiente contribuindo com levantamento regional de boas práticas e casos de estudo;

16. Promover através da formação de novos membros uma cultura preventiva relativamente às questões disciplinares e de ordem deontológica e ética preservando as boas práticas entre arquitectos e outros;

17. Acordar e criar parcerias com e entre o sector público e privado no âmbito das ações estratégicas deste programa que podem captar a atenção das comunidades locais e facilitar/moderar o debate entre partes interessadas.

ISTO SÓ LÁ VAI COM DIÁLOGO E AFIRMAÇÃO

18. Criar uma nova sede da SRA definindo criteriosamente a sua implementação territorial e capacidade física;

19. Coordenar grupos de trabalho, alinhando com os mesmos definições de conceitos, objectivos e metodologias, ao identificar pontos de interesse, problemáticas/ conflitos e situações de risco por toda a região, expondo edifícios ou conjuntos edificados e sua história, paisagens e sua biodiversidade / valor ambiental / potencial atractivo, práticas culturais e económicas nos seus vários cenários;

20. Definir Plano de Actividades anual, incluindo a estrutura e âmbito do documento e as diferentes actividades a realizar, orçamento e calendário;

21. Promover a comunicação e sistemas de representação do trabalho a produzir pelos grupos em coordenação com o Gabinete de Comunicação nacional, divulgando através de canais digitais (plataformas sociais media) e media tradicionais (jornais e rádios regionais) os debates de cada grupo de trabalho, alargando-osà participação geral da sociedade;

22. Realizar o levantamento das necessidades que interferem nos procedimentos de análise à aprovação de projectos de arquitectura apoiando as entidades locais e a agenda nacional em prol da uniformização de procedimentos a nível regional /nacional;

23. Coordenar com a estrutura nacional da OA a implementação de conteúdos regionais em plataforma(s) digital integrada garantido a acessibilidades para todos os membros da região em formação inaugural ou continua;

24. Apoiar e incentivar todos os arquitectos da região a participar activamente na produção e divulgação da cultura arquitectónica regional, garantindo junto dos Órgãos nacionais a integração de contribuições regulares da região no Jornal dos Arquitectos bem como em noutros meios de comunicação direccionados para o público em geral. O mesmo deverá acontecer junto da imprensa regional não especializada garantindo artigos de opinião junto de jornais e programação especializada em conteúdos audiovisuais como rádio, podcast, tv-online e outros;

25. Apoiar e incentivar os arquitectos da região a participar na selecção Habitar Portugal com convocatórias por concelho ou região informando todos os membros e aconselhando obras e formatos de apresentação caso a caso, antecipando agendas e relevância temática. A selecção da Habitar Portugal como decréscimo de exposição da imprensa especializada nacional é o único meio de divulgação e promoção da obra construídas hoje por todo o pais e poderá no futuro influenciar de forma positiva e mais democrática as representações seleções nacionais em eventos como o Prémio Mies Van der Rohe, a Bienal de Veneza ou a produção de eventos no âmbito da Garagem Sul do CCB em Lisboa, Trienal de Arquitectura de Lisboa, Serralves e Casa da Arquitectura;

26. Colaborar na elaboração do Código da Edificação e Construção proposto pelo programa da candidatura aos Órgãos Nacionais da OA para o Triénio 2020-2022, representando natureza, condições e características particulares à prática na região.

CONTACTO

Algarve@istosolavaicomtodos.pt

Lista C

Programa

Isto só lá vai com todos

20 Eleições
22 ORDEM DOS ARQUITECTOS

SR Madeira

www.istosolavaicomtodos.pt

Isto só lá vai com a Lista C

A nova orgânica da Ordem dos Arquitectos (OA), resumidamente traduzida em 7 novas secções regionais, determina um dos impulsos da nossa candidatura única e nacional, reunindo na geografia do nosso território um discurso claro para a disciplina que é o ato do arquitecto, não esquecendo, mas valorizando as especificidades de cada região.

É a oportunidade de criar uma Ordem próxima na sua relação Nacional como território e mais específica na sua relação com os Arquitectos que residem e operam na Região Autónoma da Madeira.

Esta nova Ordem permite enquadrar a prática profissional à realidade local. Pretende re-centrar a Arquitectura e o Arquitecto na discussão pública e membro activo na tomada de decisão. Acima de tudo pretende valorizar a disciplina perante a sociedade, os poderes de decisão e os meios económicos que constroem a Madeira.

Uma equipa de trabalho, disponível, que atravessa várias gerações e permite diálogos actuais com os seus membros.

A Madeira e o Porto Santo enquanto espaços únicos caracterizados pela sua orografia, são territórios singulares, e por isso é necessário adaptar e localizar o discurso da Arquitectura. A Arquitectura deverá ser um dos principais recursos para o equilíbrio do território, sendo que também os Arquitectos devem estar na linha da frente para desenhar com sustentabilidade o território, a paisagem, a ecologia, o património e a geografia. Uma acção pluridisciplinar que se deve evocar.

Encontramo-nos num lugar onde a construção impera, mas não se discute Arquitectura.

Exige-se difundir o tema, dilatar a nossa acção como cuidadores preocupados com os lugares e os sítios. Promovendo o direito à Arquitectura para todos, combatendo a indiferença que invariavelmente e com raras excepções se assiste nos contextos políticos, urbanos e sociais, colocando a Arquitectura num campo ampliado a todos.

Propomos uma reinscrição dos valores arquitectónicos adaptados à realidade da nossa geografia e dos nossos tempos:

Na Disciplina - através da valorização dos seus profissionais e na importância do seu saber perante as acções futuras no território.

Nos Arquitectos - através de apoio à prática, defesa da classe, na tentativa de estreitar distâncias regionais e nacionais.

Na Instituição - através da modernização dos serviços internos dotando a prática de sistemas actuais com capacidade de responder à realidade regional, através da estruturação de grupos de trabalho com voz activa na defesa da classe, ganhando espaço nas decisões públicas e privadas.

ISTO SÓ LÁ VAI COM TODOS

ISTO SÓ LÁ VAI COM A VALORIZAÇÃO DA ARQUITECTURA

1. Valorizar a Arquitectura e os Arquitectos como interveniente fundamental na estru-turação, organização e desenvolvimento do território e da paisagem da Região;

2. (Re)conectar a Arquitectura à sociedade através de acções de divulgação, informação e sensibilização mediante a abordagem de temas globais, nacionais e regionais;

3. Promover a introdução, discussão e debate da disciplina e dos temas próprios da Arquitectura nos centros de transmissão de conhecimento e instituições de ensino (universidade, escolas secundárias e profissionais);

4. Reinscrever na participação pública o Pensamento Crítico sobre o nosso território, através de acções didácticas como workshops, mesas de debate ou sessões de trabalho.

ISTO SÓ LÁ VAI COM ARQUITECTOS

5. Evidenciar o valor acrescido da profissão, defender a justa remuneração dos Arquitectos, e valorizar o papel dos membros nas matérias de decisão sobre território, espaço público, paisagem e património;

6. Enriquecer os membros da secção regional da Madeira mediante a oferta de: formações (presenciais, videoconferência), publicações/newsletters (nacionais e locais), parcerias (culturais, institucionais), eventos culturais (conferências, seminários, workshops, exposições);

7. Inscrever os Arquitectos numa geografia maior, com acesso a conteúdos e informação que podem acontecer em outros pontos geográficos através de videoconferências, alargando o acesso a eventos ou informação em tempo útil, quebrando barreiras da distância e insularidade.

ISTO SÓ LÁ VAI COM PARTICIPAÇÃO

8. Consolidar uma estrutura de meios e recursos humanos adaptada à realidade Regional, com grupos de trabalho, mapeamento e de reflexão sobre a profissão e o apoio aos seus membros;

9. Promover a proximidade de membros na sua coesão territorial, com o reforço de relações, discussões e partilha de conhecimentos;

10. Convocar a discussão, e voz activa dos seus membros nos temas da disciplina, da prática, da teoria e das relações entre os pontos geográficos onde exercem;

11. Elaborar um conselho consultivo externo à estrutura, como forma de convocar outras disciplinas como a paisagem, a geografia, as ciências sociais, o urbanismo, as artes, para a discussão e apoio de temas locais, de forma a criar uma multidisciplinaridade;

12. Apoio na necessidade de corrigir as desigualdades estruturais, originadas pela insularidade;

13. Acompanhamento e participação activa junto das autarquias locais, investidores e empresas públicas e privadas que operam na região.

CONTACTO

Madeira@istosolavaicomtodos.pt

Lista C

Programa

Isto só lá vai com todos

20 Eleições
22 ORDEM DOS ARQUITECTOS

SR Açores
www.istosolavaicomtodos.pt

Isto só lá vai com a Lista C

Pela primeira vez na história da Ordem dos Arquitectos (OA), no triénio 2020-2022, o Estatuto permite, a par de outras secções, a criação da Secção Regional dos Açores (SRA), uma ambição que decorre desde a constituição da Delegação dos Açores da OA e que, hoje, é uma oportunidade, devidamente enquadrada no quadro legal e institucional.

Neste contexto, este é o momento crucial e decisivo para que todos os Arquitectos que residem e exercem nas nove ilhas que constituem o Arquipélago dos Açores se possam unir e reunir consensos, de modo a intervir junto dos órgãos nacionais da própria OA, do Governo Regional dos Açores (GRA), das instituições regionais, concelhias e locais, das organizações congéneres, bem como, da sociedade civil, no geral.

Com este propósito, de unir, reunir consensos e intervir, a presente lista candidata aos órgãos da SRA é composta por membros Arquitectos presentes em diversas ilhas do arquipélago, constituindo uma equipa intergeracional, com diferentes saberes, competências e experiências profissionais, conhecedora das realidades e especificidades locais e arquipelágicas, com a capacidade crítica e criativa e a maturidade necessária à resolução dos problemas intrínsecos à profissão de Arquitecto na Região Autónoma dos Açores (RAA).

Conscientes que os desafios que se colocam são complexos, e alguns de difícil resolução, a presente lista candidata aos órgãos da SRA assume o compromisso de envolver todos os membros presentes nas ilhas, desde Santa Maria ao Corvo e passando pela Graciosa, de intervir junto de diferentes órgãos, de desenvolver um conjunto de acções e de implementar medidas que contribuem para a valorização da profissão, em prol dos Arquitectos e do desenvolvimento socio-cultural da nossa sociedade.

Revendo-se, na generalidade, no programa nacional da candidatura de Gonçalo Byrne a Presidente do Conselho Directivo Nacional da OA, estruturado em três pontos - Profissão: enquadrar e valorizar; Arquitectura: intervir e comunicar; Instituição: nova organização e modernização dos serviços -, o programa regional que apresentamos, colocando os Arquitectos como o elemento decisor, assenta essencialmente em três pilares - Coesão: proximidade aos arquitectos e às instituições de todas as ilhas; Compromisso: valorização, defesa e regulação da profissão; e Inovação: tecnológica e operativa. De acordo com as competências atribuídas aos órgãos da SRA, pretende intervir no âmbito da dinamização socio-cultural, da formação, da regulação e defesa da profissão, da inovação com introdução de novas ideias e tecnologias, da valorização da Arquitectura e do Território, bem como, na aproximação dos Arquitectos e viabilização da SRA, enquanto associação pública com amplitude regional necessária à RAA.

ISTO SÓ LÁ VAI COM TODOS

ISTO SÓ LÁ VAI COM PROXIMIDADE DE ARQUITECTOS E INSTITUIÇÕES

1. Implementar a SRA numa óptica de proximidade dos seus membros, promovendo a união e a coesão territorial (os candidatos à Presidência do Conselho Directivo e da Mesa da Assembleia residem na ilha S. Miguel e os candidatos à Vice--Presidência do Conselho Directivo e à Presidência do Conselho de Disciplina na ilha Terceira, sendo que todos os órgãos integram membros de outras ilhas);

2. Constituir uma SRA que seja representativa dos Arquitectos que trabalham e exercem nos Açores, junto dos órgãos nacionais da OA e das instituições regionais e locais (incluir nos órgãos sociais da SRA membros que estejam presentes em diferentes ilhas, conhecedores das realidades e especificidades locais);

3. Credibilizar a SRA com base na comunicação, reunindo consensos e transmitindo competência, transparência, coerência e conhecimento, com intuito de estabilizar e garantir a sua continuidade no espaço e no tempo.

ISTO SÓ LÁ VAI COM A VALORIZAÇÃO DOS ARQUITECTOS E A PROMOÇÃO DA ARQUITECTURA

4. Valorizar os membros da SRA, através do diálogo, da oferta formativa (presencial ou e-learning), da dinamização socio-cultural, da publicação de periódicos (trimestralmente ou associado à linha editorial do JA) e do estabelecimento de parcerias com instituições e organizações;

5. Promover a Arquitectura, o Urbanismo, a Paisagem e o Património Açorianos, fundamentais à instrução da sociedade civil, através da organização de eventos socio-culturais (congresso, seminários, exposições, publicações e outros);

6. Potenciar a profissão do Arquitecto enquanto interveniente fundamental na estruturação, organização e desenvolvimento do território, da paisagem e da sociedade.

ISTO SÓ LÁ VAI COM REGULAÇÃO E DEFESA DA PROFISSÃO

7. Defender o direito à Arquitectura, ao Urbanismo, à Paisagem e ao Património, com o intuito de garantir o acesso ao exercício profissional e um desenvolvimento sustentável ao nível da paisagem urbana e do património cultural;

8. Apoiar os membros da SRA no âmbito da prática profissional, ao nível técnico e jurídico, incluindo o respeitante ao quadro jurídico-administrativo ou regulamentar específico da RAA e independentemente de praticarem os actos próprios da profissão no domínio privado ou público, ao nível social, desenvolvendo esforços que garantam a sustentabilidade das empresas face às adversidades de diversa natureza, bem como, intervindo junto das entidades públicas propondo a implementação de sistemas/plataformas eletrónicas que permitam a simplificação, uniformização e agilização processual e comunicativa;

9. Regular o exercício da profissão, no respeitante aos deveres e direitos, com base nos princípios da equidade e razoabilidade e dentro do quadro estatutário da OA e legislação em vigor, assim como, criar uma bolsa de Arquitectos que possa ser referência para as entidades públicas no lançamento de concursos públicos, promovendo a adopção de políticas de recrutamento mais transparentes.

CONTACTO

Acores@istosolavaicomtodos.pt

Isto só lá vai com todos

www.istosolavaicomtodos.pt

Eleições 2022
ORDEM DOS ARQUITECTOS